

RAYANE DOS SANTOS de São Paulo

Quais as medidas necessárias a serem tomadas, com a atitude dos brasileiros que não respeitam as medidas de segurança?

RESPOSTA: *O Ministério da Saúde tem apoiado os gestores locais do Sistema Único de Saúde (SUS) com orientações e recomendações. Mas as medidas necessárias devem ser adotadas considerando a realidade local de cada município, estado e região. Para que os gestores locais do Sistema Único de Saúde (SUS) estabeleçam medidas de distanciamento social é preciso avaliar o risco à doença, analisar a dinâmica socioeconômica, cultural e a capacidade de resposta da rede de atenção à saúde local. Essa avaliação de risco deve ser realizada em âmbito local. Para cada nível de risco, uma medida de distanciamento social deve ser adotada.*

FELIPE CAMPOS do Rio de Janeiro

Há alguma possibilidade de um lockdown rígido, com multas e até mesmo prisões embasadas no art. 268 do cp?

RESPOSTA: *O Ministério da Saúde já publicou diretrizes com orientações e recomendações relacionadas à prevenção, controle e redução da transmissão da Covid-19. O Brasil, por ser um país continental, não deve ter medidas únicas. Essas ações devem ser tomadas de acordo com as*

necessidades de cada região, levando em conta parâmetros como quantidade de leitos ocupados, quantidade de casos e óbitos, quantidade de profissionais, insumos e Equipamentos de Proteção Individual. O entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), é de que estados e municípios têm autonomia para tomar as decisões que julgarem melhor para as suas respectivas populações.

ANA CAROLINA do Rio de Janeiro

Com o grande número de mortes, desemprego e queda do poder de compra, como a reabertura do comércio é benéfica nesse momento da pandemia?

RESPOSTA: *A resposta a uma pandemia confronta com a necessidade de conter a propagação do vírus à custo da paralisação da sociedade e economia. O combate à pandemia também é necessário para que a economia se recupere. Por isso, a proteção da saúde pública e o regresso das pessoas ao trabalho têm de andar de mãos dadas. O Ministério da Saúde tem orientado os gestores locais do Sistema Único de Saúde (SUS) sobre formas de prevenção, controle e redução da transmissão da Covid-19. As orientações também são voltadas à promoção da saúde física e mental da população. O objetivo é apoiar as estratégias locais para retomada segura das atividades e do convívio social, respeitando as especificidades e*

características de cada setor ou ramo de atividade. Cabe às autoridades locais e órgãos de saúde decidirem, após avaliação do cenário epidemiológico e capacidade de resposta da rede de atenção à saúde, quanto a retomada das atividades.

ROSIMEIRE FERREIRA de São Paulo

Qual medida necessária vocês acreditam que seria mais eficaz para contenção do covid19 já que grande parte ignoram as recomendações da OMS?

RESPOSTA: *Pesquisadores de todo o mundo têm se debruçado para descobrir novas informações sobre o vírus Sars-CoV-2, bem como novas formas de tratamento e vacina. O Ministério da Saúde orienta a população para adoção de ações de higiene que ajudem a diminuir possíveis casos de contaminação, como lavar as mãos com frequência, ao espirrar e tossir proteger a boca com o antebraço, e evitar tocar nos olhos, nariz e boca. É importante também o uso de máscaras, em todos os lugares públicos e de convívio social.*

FLÁVIO CASTALDELLI de São Paulo

Qual o percentual destinado ao combate da CoViD-19 que foi empenhado e em quais ações? E as que não foram liquidadas? Por que não foram?

RESPOSTA: *Em apoio irrestrito aos estados e municípios, o Ministério da Saúde tem efetuado repasse de recursos extras e realizado compras centralizadas de equipamentos, materiais e insumos, anteriormente realizadas pelos gestores locais do Sistema Único de Saúde (SUS). Do total de R\$ 39,3 bilhões liberados por meio de créditos extraordinários para as ações de enfrentamento à Covid-19, R\$ 13 bilhões foram executados e R\$ 11,1 bilhões pagos.*

Entre as ações já realizadas com estes recursos podem ser citadas a habilitação de 8.970 leitos de UTI exclusivos para COVID-19 com o repasse de R\$ 1,4 bilhão, em parcela única, para estados e municípios, sendo que os pedidos de habilitações são feitos pelos gestores locais do SUS. Também já distribuiu 12,9 milhões de medicamentos, sendo 4,4 milhões de comprimidos de Cloroquina e 8,5 milhões de cápsulas de oseltamivir. O Ministério da Saúde também comprou e distribuiu 115,7 milhões de Equipamentos de Proteção Individual (EPIS) distribuídos a profissionais de saúde, enviou mais de 11,3 milhões de testes de diagnóstico para todo o país, adquiriu e distribuiu 4.852 ventiladores pulmonares e contratou mais de 6 mil profissionais de saúde para reforçar o atendimento à população.

O Ministério da Saúde não tem medido esforços

para executar o orçamento previsto para as ações de combate à Covid-19 no Brasil e garantir a estruturação do SUS e atendimento à população. Parte considerável das despesas não executadas é relativa a aquisições diretas, do próprio Ministério da Saúde, especialmente de EPIs e respiradores, cujos pagamentos são efetuados após o recebimento. Nestes casos, é importante destacar, que o Ministério da Saúde depende da disponibilidade dos equipamentos e insumos no mercado nacional ou internacional, seguindo os trâmites legais de aquisições. Acrescenta-se também os repasses e pagamentos mensais que estão sendo realizados em parcelas e não de forma única, a exemplo da contratação de profissionais pelo programa Mais Médicos e pelo programa O Brasil Conta Comigo.

IRA SANTOS do Ceará

Como o governo pretende retornar ao controle das ações, já que o STF deu autonomias aos Governadores de gerir em seus estados estas ações?

RESPOSTA: *O Ministério da Saúde já apresentou aos gestores locais do SUS orientações e recomendações para cada cenário de circulação da Covid-19, tendo em vista as dimensões continentais do país. A retomada das atividades deve ocorrer de forma segura, gradativa, planejada, regionalizada,*

monitorada e dinâmica, considerando as especificidades de cada setor e dos territórios, de forma a preservar a saúde e a vida das pessoas. Para isso, é essencial a observação e a avaliação periódica, no âmbito loco-regional, do cenário epidemiológico da Covid-19, da capacidade de resposta da rede de atenção à saúde, dos aspectos sócio-econômicos e culturais dos territórios e, principalmente, das orientações emitidas pelas autoridades locais e órgãos de saúde. Como já definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) Caberá às autoridades locais e aos órgãos de saúde locais decidirem, após avaliação do cenário epidemiológico e capacidade de resposta da rede de atenção à saúde, quanto a retomadas das atividades.

ESTER MARTINS do Rio Grande do Norte
No Rio Grande do Norte e outros estados do nordeste, como está o progresso das medidas contra o covid como criação de hospitais de campanha? A importância do SUS foi evidenciada nessa crise de saúde. Por isso, quais os futuros incrementos estão sendo pensados para o SUS?

RESPOSTA: *O Ministério da Saúde acompanha de perto a situação em todo o país e tem atuado em conjunto com as secretarias estaduais de saúde para apoiar as ações de enfrentamento ao*

coronavírus. Analisamos os cenários de evolução da Covid-19 para adoção de novas ações para apoio aos estados e municípios no atendimento da população brasileira. Já estão em andamento diversas medidas para ampliação do atendimento, como abertura de novos leitos de UTI de instalação rápida, transferência de pacientes com tratamento prolongado para Hospitais de Pequeno Porte para desafogar os hospitais de referência nos grandes centros, além de habilitação de leitos de forma mais rápida e com valor dobrado do custeio.

Desde o início da pandemia, o Ministério da Saúde já pagou R\$ 11,1 bilhões para ações de enfrentamento à Covid-19, sendo R\$ 9,6 bilhões repassados diretamente aos estados e municípios para o fortalecimento da rede hospitalar e de Atenção Primária no combate à doença.

O Ministério da Saúde também distribuiu cerca de 115,7 milhões de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para todo o país para apoiar os profissionais de saúde na assistência prestada aos pacientes, além de cerca de 12,9 milhões de testes RT-PCR (biologia molecular) e rápidos (sorológicos) para ampliar a capacidade dos estados no diagnóstico de casos de coronavírus.

RENAN VICENTE do Rio de Janeiro

Como você se sente sendo um general Ministro Interino da Saúde em uma pandemia? Existe uma militarização no Ministério da Saúde?

RESPOSTA: *O Ministério da Saúde possui um corpo técnico de servidores qualificados que mantêm a normalidade das atividades do Ministério. No comando da pasta e das secretarias estão profissionais com experiência em gestão pública e especialistas de diferentes áreas da saúde.*

É importante destacar que o Sistema Único de Saúde (SUS) funciona com a articulação das ações entre Governo Federal, Estados e Municípios. Sendo assim, cada esfera tem autonomia para tomar decisões que estão sob a sua gestão.

Como parte do compromisso assumido com a população brasileira desde o início da pandemia do coronavírus, no sentido de garantir a efetividade de ações de enfrentamento da COVID-19, o Ministério da Saúde instituiu o Comitê de Operações de Emergência, que produz de forma integrada entre as secretarias do Ministério e a gestão tripartite, uma série de orientações e protocolos que obedecem a critérios técnicos e embasam a gestão da pasta na tomada de decisões estratégicas. São as discussões e análises do COE, que subsidiam a construção de ações que, posteriormente, passam por pactuação em diversas instâncias antes de se

concretizarem.

CARLOS ANTÔNIO do Maranhão

Quais medidas podem ser tomadas, com as pessoas que não estão fazendo o uso obrigatório de máscaras?

RESPOSTA: *O Ministério da Saúde orienta a população para a importância da adoção de cuidados de higiene que ajudem a diminuir possíveis casos de contaminação, como lavar as mãos com frequência, ao espirrar e tossir proteger a boca com o antebraço, e evitar tocar nos olhos, nariz e boca. É importante também o uso de máscaras, em todos os lugares públicos e de convívio social.*

Para que os gestores locais estabeleçam as medidas adequadas para cada região é preciso avaliar o risco à doença, analisar a dinâmica socioeconômica, cultural e a capacidade de resposta da rede de atenção à saúde local. É preciso considerar ainda que, durante a pandemia, a avaliação dos cenários de uma localidade pode ser alterada dependendo das ações estabelecidas pelo gestor e da efetividade delas no enfrentamento à emergência. Essa avaliação de risco deve ser realizada em âmbito local, ou seja, municipal, regional e estadual. O Ministério da Saúde apoia com orientações e recomendações, mas a decisão

sobre as ações adotadas no âmbito local, deve ser adotada considerando a realidade local.